

Introdução

Para falar acerca das concepções de texto e discurso na análise da argumentação, situaremos primeiramente o lugar teórico do qual enunciamos, para, em seguida, estabelecermos um recorte em meio a uma temática de tamanha amplitude. Situamo-nos no campo da Análise do Discurso (AD) dita de “linha francesa”, mais especificamente numa filiação materialista à proposta teórica de Michel Pêcheux.

Nesse sentido, é incontornável o fato de que a perspectiva teórica em que nos inscrevemos determina o olhar que podemos lançar para os objetos de conhecimento ora em questão, as noções de texto, discurso e argumentação.

Sabemos, com Althusser, que

[...] a ciência [...] só pode colocar um problema sobre o terreno e no horizonte de uma estrutura teórica definida, que constitui a condição de possibilidade definida absoluta, e portanto, a determinação absoluta das *formas de posição de todo problema*, em um momento considerado da ciência (Althusser, 1996 [1965], p.19).

Assim, ao nos debruçarmos sobre as noções anteriormente referidas, somos inevitavelmente levados a considerar sua necessária relação com outra noção, central para a análise materialista do discurso: a ideologia.

Pretendemos, pois, apresentar aqui alguns modos pelos quais podem ser concebidas as noções de texto e discurso na perspectiva teórica materialista, em que a noção de ideologia incide como um elemento constitutivo, isto é, de maneira necessária e, portanto, não contingente. Em seguida, buscaremos refletir sobre os desdobramentos que o modo

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFES e líder do Grupo de Estudos sobre Discurso e Ideologia (GRUDI/CNPq).

de conceber tais noções implica para análise da argumentação em nossa perspectiva teórica.

Feita essa reflexão, tentaremos esclarecer as razões pelas quais nos recusamos a adotar uma posição pragmatista no estudo da argumentação. Mas, ao mesmo tempo, indicaremos os motivos pelos quais entendemos que o questionamento ao pragmatismo não deve resultar em uma postura cético-niilista diante das (im)possibilidades do efeito de argumentação.

1. Concepções de texto

Uma primeira maneira de conceber o texto, na perspectiva materialista do discurso, é entendê-lo como superfície linguística. Segundo Pêcheux e Fuchs: “Superfície linguística será entendida no sentido de sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. Trata-se aí de um ‘discurso’ concreto, isto é, do objeto empírico [...]” (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 24). Nesse fragmento, podemos verificar que o texto é concebido como a contraparte empírica do discurso, equivale aí à sua dimensão concreta.

Noutros momentos, a ideia de texto é associada à nomenclatura “superfície discursiva”, a qual é contraposta à concepção de discurso, que equivale ao processo social de produção de sentidos. Nessa acepção, o texto é compreendido como “*vestígio* do processo de produção” do discurso (Pêcheux, 1997a [1969], p. 94). Desse modo, o texto seria visto como um conjunto de traços deixados pelo processo discursivo, e que constitui a materialidade linguística de tal processo.

Para Mainguenu, a superfície discursiva é concebida como “conjunto de enunciados produzidos de acordo com “um sistema de restrições de boa formação semântica (a *formação discursiva*)” (Mainguenu, 2005, p. 20). A superfície discursiva, ou o texto, é então pensada como a materialização do processo discursivo, processo que não é exclusivamente linguístico, mas também histórico-ideológico, materialização essa que se realiza mediante um conjunto (ou uma dispersão) de enunciados efetivamente produzidos, concretos, empíricos.

Podemos também conceber o texto na AD como equivalente ao conceito foucaultiano de enunciado, em que este é pensado como a “unidade elementar” ou o “átomo do discurso” (Foucault, 2005, p. 90). Nessa acepção, o enunciado apresenta as características de possuir uma existência material e simbólica (não apenas linguística), estar sempre associado a posições de sujeito e existir ao modo de um “nó em uma rede”, isto é, de fazer parte de um jogo enunciativo em que o enunciado está sempre relacionado a outros enunciados, que povoam suas margens, seja no campo de memória, na co-ocorrência e concorrência do presente, seja na virtualidade e potencialidade de enunciados futuros.

A ideia de que o enunciado é um nó em uma rede é fundamental para a AD, na medida em que o discurso é concebido como um processo histórico e a análise de toda e qualquer materialidade textual supõe a necessidade de estabelecer relações entre um texto e outros textos que fazem parte dessa rede de relações discursivas. Conforme Pêcheux e Fuchs (1975, p. 14), o dispositivo da AD “exclui fundamentalmente a ideia mesma da análise semântica de *um* texto”.

À ideia de texto, vincula-se outra noção proposta na teoria do discurso, a de intradiscurso, entendido como o “fio do discurso” ou o “discurso de um sujeito”, isto é, aquilo que se mostra e se passa por materialidade linguístico-enunciativa individual, na qual se pode observar “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*)” (Pêcheux, 1997b, p. 166). Para a teoria pecheuxtiana, é imprescindível proceder à análise do intradiscurso mediante as relações que se estabelecem com o interdiscurso, entendido aí como o “todo complexo com dominante das formações discursivas”.

Por fim, apresentamos outro modo de conceber a superfície textual no viés materialista do discurso, por meio da noção de materialidade discursiva. Conforme Pêcheux (1981, p.15):

A questão teórica das *materialidades discursivas* surge precisamente disso que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível: uma repetição incessante de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, uma proliferação de escritos que citam falas, e outros escritos.

Desse modo, a noção de materialidade discursiva incorpora a indissociabilidade constitutiva da história, da língua(gem) e do inconsciente no objeto de estudo da perspectiva discursiva pecheuxtiana.

2. Concepções de discurso

Ao abordarmos as diferentes maneiras pelas quais se pode conceber a noção de texto na AD, percebemos como é inevitável fazer comparações, estabelecer distinções, produzir contrastes com a noção de discurso. Texto e discurso são noções muito próximas, e que, em algumas perspectivas teóricas, podem até se confundir; por isso mesmo é tão difícil separá-las e se torna inevitável conceber cada noção por meio da remissão à outra.

Em que pese as menções já feitas anteriormente à noção de discurso, detalharemos um pouco mais agora, tanto quanto nos permitem os limites desse espaço, a maneira como concebemos o objeto de estudo desse campo do saber.

Entendemos que o discurso pode ser pensado sob dois aspectos diferentes, porém correlatos. Pode-se conceber o discurso enquanto processo de produção de sentidos ou como a resultante desse processo, isto é, o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores.

Qualquer um desses aspectos exclui conceber o discurso como sinônimo de texto, isto é, como materialidade linguística, ou como língua em uso, sinônimo da “*parole*” saussureana, ou mesmo numa acepção benvenistiana, em que o discurso é tomado como “a linguagem posta em ação” (Benveniste, 1988, p. 284).

A esse respeito, Pêcheux e Fuchs afirmam:

“O primeiro [erro] consiste em confundir discurso e fala (no sentido saussureano): o discurso seria então a realização em atos verbais da liberdade subjetiva “escapando ao sistema” (da língua). Contra essa interpretação nós reafirmamos que a teoria do discurso e os procedimentos que ela engaja não poderiam se identificar com uma “linguística da fala” (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 22).

Se o discurso não é o mero uso da língua nem da linguagem posta em funcionamento, é visto como um processo, que se materializa nas realizações textuais, mas também as transcende.

Na época em que Pêcheux e o grupo de pesquisadores a ele associado constroem a proposta de uma semântica discursiva, existia a possibilidade de haver certa confusão entre o discurso tal como eles o propunham, um novo objeto de conhecimento, e a noção de discurso já presente à época nos estudos linguísticos, concepção essa a que chamamos de benvenistiana.

Cientes dessa possibilidade de confusão, Pêcheux e Fuchs escrevem:

o termo mesmo de “discurso” pode remeter àquilo que nós chamamos mais acima de processo discursivo, mas também a uma sequência verbal oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à da frase. Essa última realidade, em razão de seu caráter imediatamente “concreto” foi designada (Pêcheux, 1969) pela expressão “superfície discursiva” (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 23).

Assim, a parte propriamente linguística, textual, do discurso é designada como “superfície discursiva” em oposição ao “processo discursivo”, que é entendido pelos autores como “as relações de paráfrase interiores ao que nós chamamos de matriz do sentido inerente à formação discursiva” (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 14).

O discurso é o processo de produção de sentidos. Portanto, o sentido é aí concebido como efeito, como resultante de um processo no/pelo qual é produzido. Esse processo envolve não só a materialidade linguístico-textual, mas também as inscrições ideológico-históricas que determinam a produção de sentidos.

Com o objetivo de explicar o processo de produção de sentidos (processo discursivo), Pêcheux (1997b) elabora uma das teses fundamentais da teoria do discurso, aquela que se refere ao “caráter material do sentido”:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (Pêcheux, 1997b, p. 160).

Dessa maneira, Pêcheux teoriza a relação intrínseca entre os efeitos de sentido, produzidos no/pelo discurso, e as formações ideológicas pre-

sententes em determinado momento histórico de uma sociedade. A tese do caráter material do sentido postula que ele varia conforme as posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos envolvidos na enunciação:

as palavras, expressões proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 1997b, p. 160).

Se o discurso é efeito de sentidos, se o processo discursivo é o processo de produção de sentidos e se o sentido varia conforme as ideologias em jogo numa formação social, torna-se incontornável considerar a dimensão ideológica no estudo dos fenômenos discursivos. Daí o posicionamento que explicitamos, segundo o qual a ideologia, em nossa visada teórica, deve ser concebida como um elemento constitutivo e necessário do estudo do discurso, não como algo contingente, que tanto poderia estar presente quanto poderia não estar. Essa relação de necessidade é expressa por Pêcheux e Fuchs nos seguintes termos: “é impossível *identificar* ideologia e discurso [...] deve-se conceber o discursivo como um dos aspectos materiais daquilo que nós chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, em nossa visão, ao *gênero* ideológico” (Pêcheux e Fuchs, 1975, p.10-11, grifos nossos).

Mas, se a ideologia é constitutiva do discurso, de que conceito de ideologia estaríamos falando?

3. Ideologia

A concepção de ideologia que está na base da teoria pecheuxtiana do discurso é uma concepção filiada ao pensamento filosófico de Louis Althusser. Segundo o filósofo, a ideologia representa a relação imaginária dos sujeitos com suas condições materiais de existência. Para o autor:

não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. [...] é a *natureza imaginária desta relação* que

sustenta toda a *deformação imaginária observável em toda ideologia* (Althusser, 2003, p. 87).

É necessário situarmos a que concepção de ideologia está ligada a concepção pecheuxtiana do discurso, uma vez que essa relação condiciona o modo como apreendemos o objeto de estudo da teoria.

A partir da concepção althusseriana, Pêcheux e Fuchs formulam a noção de formação ideológica: “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras” (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 10-11).

A ideologia, na proposta pecheuxtiana, apresenta tanto uma dimensão regional (Deus, Moral, Direito, Conhecimento, etc.) quanto uma dimensão de classe (burguesa, proletária, etc.). Além disso, ela é constituída por representações imaginárias e práticas. Por fim, tal concepção compreende a ideologia como um elemento suscetível a falhas, habitado pela alteridade e marcado pela contradição. Retenhamos esses aspectos da ideologia, pois eles nos serão importantes mais adiante, quando desdobrarmos as implicações desse conceito para a análise da argumentação.

O fato de que as ideologias estão constituídas por representações imaginárias nos coloca a necessidade de não desconsiderarmos o funcionamento das imagens na situação enunciativa em que ocorre a produção dos efeitos de sentido. Pêcheux apresenta o funcionamento das formações imaginárias na enunciação:

esses lugares estão *representados* nos processos discursivos [...]. Entretanto, seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; [...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (Pêcheux, 1997a, p. 82)

A instabilidade do sentido, o fato de que ele varia de acordo com as ideologias, o fato de que essas são necessariamente imaginárias impõem algumas condicionantes para a abordagem da argumentação nos estudos

discursivos. Além desses aspectos, as concepções de língua e sujeito da teoria materialista do discurso também colocam outras implicações.

Ao compreender a língua como não-transparente, como lugar do equívoco, e ao postular o sujeito discursivo como constituído pelo inconsciente, a teoria pecheuxtiana problematiza uma visão pragmática da comunicação, bem como da argumentação.

Para Pêcheux:

Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi “sempre-já” desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está “sempre-já” desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no non-sense do significante (Pêcheux, 1997b, p. 176).

Se os significantes da língua se apresentam sempre-já desprendidos de um sentido, isso significa que o sentido sempre pode ser outro, sempre pode deslizar para outras significações, variando conforme as ideologias em jogo na sociedade.

Se o sujeito discursivo é sujeito do inconsciente, ele tampouco possui controle acerca dos sentidos que enuncia, quanto menos dos efeitos que pode provocar em seus interlocutores. Segundo Lacan, citado por Paveau (2008),

[...] a palavra supõe precisamente a existência de uma cadeia significante. [...] Ela supõe a existência de uma rede de empregos, ou seja, do uso de uma língua. Ela supõe além disso todo esse mecanismo que faz com que – diga o que você disser ao pensar algo ou sem o pensar, seja qual for a sua verbalização – uma vez que você entra no redemoinho das palavras, seu discurso diz mais do que você quis dizer (Lacan, Séminaire 5, 1957-1958, apud Paveau, 2008, p. 18).

Diante desses elementos, notamos que o discurso diz mais do que queremos dizer, os sentidos deslizam, escapam ao nosso controle.

Tendo considerado os pressupostos teóricos da perspectiva pecheuxtiana, podemos agora desdobrar as implicações disso para o estudo da argumentação.

4. Implicações para a análise da (eficácia da) argumentação

Dissemos no início que a amplitude do assunto nos impunha um recorte. Nossa proposta aqui será, então, a de considerar o fenômeno da argumentação articulado à questão de sua eficácia.

Essa opção se explica com base nos pressupostos epistêmico-filosóficos que subjazem à perspectiva materialista nos estudos discursivos. Marx, com relação a uma das teses sobre Feuerbach, enuncia: “os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo” (Marx, 2007, p.103). Tal pressuposto baliza a proposta de uma teoria materialista do discurso, a qual não apenas procura explicar o processo de produção de sentidos, mas, sobretudo, o faz tendo em vista o horizonte das práticas políticas de transformação social.

Podemos inferir que nos projetos pecheuxiano e althusseriano havia o desejo de se explicar o funcionamento dos discursos e das ideologias, a fim de compreender melhor o modo como funcionam os sujeitos da prática política.

Nesse sentido, ao nos debruçarmos sobre a questão da argumentação, perguntamo-nos: como pode o sujeito do inconsciente traçar uma estratégia argumentativa eficaz, uma vez que não controla os sentidos do que enuncia? Quais os limites da eficácia argumentativa? Como considerar a figura do interlocutor, quando o que temos dele não passa de uma formação imaginária? Como a equivocidade/opacidade da língua afeta o processo argumentativo? De que maneira considerar a incidência das diferentes ideologias nesse processo? Esses são alguns questionamentos que emergem quando levamos em conta as condicionantes colocadas pela perspectiva teórica materialista.

Tais questionamentos colocam problemas significativos não apenas para a análise da argumentação como também para a investigação do modo pelo qual se realizam as práticas ideológicas que visam obter a adesão dos sujeitos a uma tomada de posição política comprometida com a transformação social.

Maingueneau é um autor que nos dá a pensar a respeito dessas questões. No excerto a seguir, ele apresenta um exemplar do que estamos considerando aqui uma visão pragmatista da comunicação e da argumentação:

Uma estilística escolar, no prolongamento da retórica clássica, que é uma estilística dos “meios de expressão”; ela parte do postulado de que se pode estabelecer relações sistemáticas entre “procedimentos” linguísticos e “efeitos” sobre o leitor. Trata-se de uma estilística atomista, que considera o texto como resultado da boa utilização de uma espécie de caixa de ferramentas onde encontramos, no essencial, as categorias da gramática descritiva usual e da retórica das figuras¹ (Maingueneau, 2011, p. 75).

Não é difícil perceber a incompatibilidade entre, de um lado, essa visão de uma estilística dos meios de expressão, que postula “relações sistemáticas entre “procedimentos” linguísticos e “efeitos” sobre o leitor”, e de outro lado, a perspectiva materialista do discurso.

Maingueneau exhibe as condicionantes que colocam restrições para a possibilidade de comunicação, entendimento, argumentação e convencimento. Ao expor sua noção de competência discursiva e considerar a polémica como um fenómeno de interincompreensão, o autor adverte que: “Por definição, o enunciador de um discurso dado não pode se colocar como falseador de enunciados de seu Outro. Se ele procura “imitá-los”, só poderá produzir textos que decorrem de sua própria competência” (Maingueneau, 2005, p.57).

Assim, o sujeito estaria confinado no interior de sua formação discursiva, impossibilitado de produzir efeitos efetivamente persuasivos a outro sujeito, inscrito noutra perspectiva ideológica. Trata-se então do que Maingueneau chama de “fechamento semântico”: “uma posição enunciativa não pode sair de seu fechamento semântico, [...] manifestando-se, assim, a irredutível descontinuidade que funda o espaço discursivo” (Maingueneau, 2005, p. 57).

Por conseguinte, o sujeito não consegue penetrar no espaço semiológico do outro, só pode interpretar o discurso do outro realizando uma espécie de tradução em conformidade às regras de sua própria formação

¹ Tradução nossa: Une stylistique scolaire, dans le prolongement de la rhétorique classique, qui est une stylistique des “moyens d’expression”; elle part du postulat qu’on peut établir des rapports systématiques entre “procédés” linguistiques et “effets” sur le lecteur. Il s’agit d’une stylistique atomiste, qui considère le texte comme le résultat de la bonne utilisation d’une sorte de boîte à outils où l’on trouve, pour l’essentiel, les catégories de la grammaire descriptive usuelle et de la rhétorique des figures. (Maingueneau, 2011, p.75)

discursiva: “ele é condenado a produzir simulacros desse Outro, e simulacros que são apenas seu avesso” (Maingueneau, 2005, p. 57).

Assim, o sujeito que se coloca na posição de argumentar, tendo em vista o convencimento ou a persuasão do outro (daquele que se encontra inscrito noutra perspectiva ideológica), estaria fadado ao fracasso, uma vez que “a polêmica, então, só pode ser estéril, resolvendo-se no confronto de dois universos incompatíveis” (Maingueneau, 2005, p. 117). E o autor arremata a questão, concluindo que “o discurso não pode vencer”, pois:

O público não é convencido pelos argumentos expressos, mas pela própria enunciação desses argumentos por tal discurso, isto é, pelo universo de sentido ao qual remete este último. Coerentemente, o discurso convence porque ia pela nossa cabeça o que já convencia, mais ou menos obscuramente (Maingueneau, 2005, p. 117-118).

Desse modo, estaríamos fadados a pregar aos convertidos: qualquer tentativa de provocar um deslocamento nas identificações ideológicas dos sujeitos seria uma empreitada vã.

Entretanto, se fosse sempre assim, a história seria imóvel, ou na melhor das hipóteses, uma infinita repetição, uma eterna reprodução, sem rupturas, sem discontinuidades, nem transformações. Na medida em que as transformações históricas existem, de que maneira discursos e ideologias atuam para provocar os deslocamentos? “Se um discurso “contém em si o princípio de sua coerência, de onde vem o elemento estranho que pode contestá-lo?”, perguntava Foucault” (cf. Maingueneau, 2005, p. 46).

A resposta, ou parte dela, pode ser buscada no primado materialista da contradição, assim enunciado por Althusser:

No conceito de tendência, aflora [...] a *contradição* interna ao processo [...] o marxismo não é um estruturalismo, não porque ele afirma o primado do processo sobre a estrutura, mas porque ele afirma o primado da contradição sobre o processo (Althusser, 1998 [1972], p. 181).

Trazendo tal raciocínio para nossa reflexão, poderíamos pensar que a teoria materialista postula não somente o primado do discurso (pro-

cesso) sobre o texto (estrutura), mas sobretudo o primado da contradição sobre o processo discursivo.

Isso significa conceber o discurso e a ideologia como constitutivamente contraditórios, heterogêneos, marcados pela falha e pela alteridade. Por consequência, o fechamento semântico a que se refere Maingueneau torna-se um fechamento instável, como defendem Courtine e Marandin:

O fechamento de uma FD é fundamentalmente instável; ele não consiste em um limite traçado de uma vez por todas que separa um interior e um exterior, mas se inscreve entre diferentes FD como *uma fronteira que se desloca* em função das apostas da luta ideológica (Courtine, Marandin, 1981, p.24).

Isso implica que as fronteiras de uma formação discursiva são porosas, que o espaço ideológico do outro (e de nós mesmos) é, pois, permeável. Se concebemos o discurso como constitutivamente heterogêneo, marcado pela alteridade, algo pertencente ao discurso do outro estará presente no discurso-um, ainda que inconscientemente, o que abre a possibilidade de se estabelecer algum diálogo, alguma forma de comunicação, de entendimento mínimo, um espaço aberto para a incidência da argumentação, visando ao convencimento, ou melhor, ao deslocamento ideológico do lugar do outro.

Isso é possível, pois a formação discursiva é inconsistente. Courtine e Marandin postulam a: “*inconsistência* de uma formação discursiva, entendida como efeito do interdiscurso enquanto exterior específico de uma formação discursiva no próprio interior dela” (Courtine, Marandin, 1981). Assim, torna-se possível “recusar toda justaposição de regiões discursivas insulares” (Maingueneau, 2005, p.45).

Com base no exposto até aqui, perguntamos: se há falha no assujeitamento ideológico, se existe a contradição no discurso, se as formações discursivas são heterogêneas a elas mesmas, então a falha do processo de interincompreensão representa a possibilidade de emergência de uma competência interdiscursiva?

O próprio texto de Maingueneau nos apresenta pistas nessa direção. Embora o autor não desenvolva os questionamentos que aqui colocamos, seus dizeres possuem indícios de algo que aponta para a desesta-

bilização do fechamento semântico entre posições discursivas irreduzíveis. Afirma o autor: “um discurso não é abandonado porque um texto lhe aplicou um golpe fatal, mas porque **alguma coisa** abalou tudo o que o sustentava silenciosamente e a crença se transferiu para outros lugares” (Maingueneau, 2005, p. 118-119, destaque nosso). O que seria essa “alguma coisa”? Maingueneau admite que algo de indefinido emerge provocando uma ruptura na ordem discursiva.

Em outro trecho, o autor explica: “**adveio uma conjuntura** na qual essa prática não era mais aceitável [...] a roda da **história** girou”. Aqui podemos observar como o autor considera o advento e o movimento da história como elemento perturbador da estabilidade discursiva. Já no trecho a seguir, Maingueneau considera uma possibilidade de saída da polêmica, por meio da intervenção do que ele chama de “um terceiro”: “não se pode realmente sair da polêmica sem a intervenção do **um terceiro**” (Maingueneau, 2005, p. 121). Tal elemento é, segundo o autor, algo sobre em que repousa a polêmica, isto é, um fundo comum compartilhado pelos discursos em embate, sem o qual a polêmica não poderia se instaurar. Para o autor, é indispensável que os discursos em embate possuam ao menos um pressuposto comum, pelo qual duelam, tendo em vista aquilo que seria o justo.

Esses fragmentos revelam que, apesar do funcionamento caracterizado como fechamento semântico, há sempre uma possibilidade aberta, uma fenda, uma falha nos discursos, por onde pode haver alguma espécie de interação, de troca. Para Lacan, “só há causa daquilo que falha”, assim como para Pêcheux, que, ao se referir a esse aforisma lacaniano, postula a irreduzível alteridade das ideologias e dos discursos.

Considerando os aspectos ora discutidos, como podemos conceber as (im)possibilidades do efeito de argumentação? É o que abordaremos a seguir.

5. Subsídios para uma teoria do efeito de argumentação

Parece estar claro que a (in)eficácia da argumentação depende de alguns fatores já elencados anteriormente, tais como: a pluralidade de

ideologias, as formações imaginárias, o funcionamento do inconsciente no sujeito e a equívocidade da língua.

Por outro lado, outros pressupostos teóricos apontam na direção oposta, sinalizando a instabilidade do fechamento semântico, a possibilidade de rupturas discursivas e, assim, a abertura de um espaço para que o efeito argumentativo aconteça. Dentre esses pressupostos, indicamos as noções de: acontecimento (Pêcheux, 2006), encontro (Althusser, 2005 [1982]), desidentificação (Pêcheux, 1997b) e desmistificação crítico-ideológica (Zizek, 2011).

Para Pêcheux, o discurso deve ser concebido como um amálgama entre estrutura e acontecimento, isto é, um *continuum* em que se combinam paradoxalmente a estabilidade, a reprodução, a repetição, o regular, de um lado, e de outro, a instabilidade, a transformação, a irrepitibilidade, o heteróclito. Desse modo, o discurso constitui-se tanto de um feixe de traços sócio-históricos de filiações mais ou menos estáveis quanto da própria possibilidade de desarranjo-rearranjo dessas mesmas filiações, devido ao seu caráter de imprevisibilidade.

Já, em Althusser (2005 [1982]), observamos a proposta de um materialismo do encontro, do aleatório, em que a contingência desempenha um papel fundamental, em oposição ao materialismo dialético que estaria calcado na noção de necessidade e que, portanto, apontaria para uma visão teleológica e determinista da história. O autor enuncia:

Cada encontro é aleatório; não somente nas suas origens (nada garante jamais um encontro), mas nos seus efeitos. Dito de outra maneira, cada encontro, embora tenha acontecido, poderia não ter acontecido, mas sua possível negação esclarece o sentido de seu ser aleatório. E todo encontro é aleatório em seus efeitos pelo fato de que nada nos elementos do encontro desenha, antes do encontro mesmo, os contornos e as determinações do ser que surgirá (Althusser, 2005 [1982], p.24).

Vemos aí a radicalidade de uma tomada de posição filosófica segundo a qual seria inconcebível pensar uma relação sistemática, necessária, entre procedimentos linguísticos e efeitos provocados, uma vez que nada garante um encontro: a contingência predomina sobre a necessidade. Por outro lado, o espaço de intervenção permanece sempre

aberto, sempre suscetível à ocorrência do encontro, ainda que não possamos prever em que condições e sob quais circunstâncias ele ocorrerá.

Em outro trabalho (Figueira, 2015b), identificamos alguns funcionamentos discursivos no campo da AD que, com base em determinados pressupostos teóricos, indicam a impossibilidade da comunicação, da argumentação, da intervenção no nível discursivo-ideológico que resultasse numa transformação política da sociedade. A esse posicionamento, que caracterizamos como uma exploração ideológica das teorias em benefício da reprodução das condições de produção, chamamos aqui de ceticismo niilista. Seu funcionamento discursivo pode ser descrito nos seguintes termos:

Assevera-se o fato de não se saber qual será o resultado ou a consequência das ações (práticas discursivo-ideológicas). O sujeito não controla o efeito de sua enunciação nem de suas outras práticas. Nada garante que um sentido será comunicado, que um objetivo será atingido. Portanto, o mais coerente a fazer (a única coisa sensata) é não fazer nada, pois não há a menor probabilidade de que se realizem as consequências políticas desejadas pelo sujeito (Figueira, 2015b, p. 243).

Percebemos aí de que maneira a teoria é interpretada no sentido de postular a impossibilidade dos efeitos. Contudo, apresentamos uma contra-argumentação a tal posicionamento:

No entanto, o fato de não se saber, de não haver garantia nenhuma de quais efeitos um ato poderá provocar, é justamente o que abre a possibilidade para as tentativas, os riscos, as apostas: se não sabemos no que vai dar, por que não pagamos para ver?

Nesse sentido, a não-garantia, a incerteza, a imprevisibilidade, a contingência são mobilizadas ideologicamente no sentido de “banco das apostas”, enquanto substrato epistemológico para as intervenções teóricas no domínio das outras práticas. Pode ser que algo dê certo (que ocorra conforme esperávamos), pode ser que não: qual é única maneira de descobrir? (Figueira, 2015b, p. 243)

Para nos contrapor ao que chamamos de relativismo cético-niilista, apoiamo-nos também em Zizek (2010), para quem o impossível de comunicar é exatamente o que nos faz comunicar sem parar: “a falha fun-

damental da comunicação é o que nos compele a falar o tempo todo (se nós pudéssemos dizer diretamente o que quiséssemos dizer, rapidamente parariamos de falar e nos calariamos para sempre)” (Zizek, 2000, p.94).

Traçando um paralelo com esse raciocínio, podemos afirmar que o impossível de argumentar é justamente aquilo que nos faz argumentar indefinidamente. O que Zizek faz é uma intervenção filosófica no domínio teórico, por meio da qual ele inverte a impossibilidade, transformando-a na própria condição de possibilidade dos efeitos (comunicativos, argumentativos, discursivos, ideológicos, políticos). Mas, para tanto, é preciso que os sujeitos pratiquem o autêntico ato, assim caracterizado por Zizek:

Um ato não ocorre simplesmente no interior do horizonte dado do que parece ser “possível” – ele redefine os próprios contornos do que é possível (um ato realiza o que, no interior do universo simbólico dado, parece ser “impossível”, mas ele muda suas condições para que ele crie retroativamente as condições de sua própria possibilidade) (Zizek, 2000, p. 121).

Enxergamos aí uma postura assaz semelhante à de Pêcheux (2006), quando este autor postula o discurso como um índice potencial de desarranjo-rearranjo nas filiações sócio-históricas de identificação dos sujeitos.

Aliás, Pêcheux já sinalizava para essa possibilidade quando propunha a noção de desidentificação. Ao descrever as modalidades pelas quais os sujeitos se relacionam com os discursos, o autor propõe a identificação, a contraidentificação e desidentificação. Sobre esta última é dito: “uma ‘terceira modalidade’ subjetiva e discursiva, paradoxalmente, caracterizada pelo fato de que ela integra o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito, efeito que toma a forma de uma desidentificação” (Pêcheux, 1997b, p. 217).

Com base nesse pressuposto pecheuxtiano, procuramos, em outro trabalho (Figueira, 2015a), desenvolver a reflexão sobre o funcionamento discursivo da desidentificação. Naquela oportunidade, nosso enfoque se dava sobre os processos de identificação do sujeito leitor frente à discursividade literária. Não obstante, entendemos que tais considerações sejam aplicáveis à relação de identificação dos sujeitos com outros tipos de discurso. Para nós:

A falha abre uma fenda na referencialidade [polifônica do sujeito] que possibilita a identificação de parte substancial da subjetividade do leitor com efeitos aprioristicamente percebidos como contrários à configuração ideológica de seu imaginário. A fenda (cuja condição de possibilidade se deve ao caráter constitutivamente heterogêneo e contraditório da referencialidade do sujeito) consiste em um elemento dissonante não-hegemônico, presente (embora recalcado) na configuração ideológica do imaginário subjetivo (Figueira, 2015a).

Em nossa visão, a presença do elemento dissonante:

pode ser compreendida em termos de um “estranhamento familiar”, que, em determinado momento do processo histórico de constituição do sujeito, aflora (ou retorna), a partir de uma incitação do elemento dissonante por alguma situação específica de interpelação. Nesse momento, o elemento, até então dissonante, passa a desempenhar um papel hierarquicamente superior na configuração do imaginário, modificando seu *status* (de não-hegemônico para hegemônico) (Figueira, 2015a).

Outro substrato teórico que consideramos indispensável para nossa reflexão acerca da possibilidade dos efeitos argumentativos provém da obra de Žižek, na qual o filósofo esloveno teoriza sobre o cenário ideológico atual e propõe quatro categorias para apreendermos as posições ou atitudes perante a ideologia: liberal, fetichista cínica, fetichista fundamentalista/populista e crítico-ideológica. Segundo o autor, tais posições podem ser caracterizadas nos moldes de um quadrado semiótico greimasiano, em que as posições se estruturam sobre os eixos sintoma/fetichismo² e identificação/distanciamento:

Tanto o liberal quanto o crítico-ideológico se movem no nível sintomático: o primeiro está enredado nele; o segundo o solapa pela análise interpretativa. Tanto o fetichista populista quanto o cínico se agarram a seu fetichismo: o primeiro, de maneira direta; o segundo, de maneira desautorizada. Tanto o fetichista populista quanto o liberal se identificam diretamente com sua posição (agarrando-se ao fetichismo, levando a sério os argumentos de suas pretensões

² Para Žižek (2011, p.62), “o sintoma é a exceção que perturba a superfície falsa da aparência, o ponto em que a Outra Cena reprimida irrompe, enquanto o fetichismo é a personificação da mentira que nos permite sustentar a verdade insuportável”.

ideológicas universais), enquanto o cínico e o crítico da ideologia se distanciam de sua posição (desautorização fetichista ou interpretação crítica) (Zizek, 2011, p.65).

Para Zizek, há, portanto, limites claros ao que ele chama de “crítica ‘racional’ argumentativa”, quando estamos diante de sujeitos presos ao fetiche, seja ele cínico ou fundamentalista:

O cenário ideológico hegemônico contemporâneo divide-se, portanto, entre esses dois modos de fetichismo, o cínico e o fundamentalista, **ambos impermeáveis à crítica “racional” argumentativa**. Enquanto o fundamentalista ignora a argumentação (ou pelo menos desconfia dela) e se agarra cegamente ao fetiche, o cínico finge aceitar a argumentação, mas ignora sua eficiência simbólica. Em outras palavras, enquanto o fundamentalista (menos acredita do que) “conhece” diretamente a verdade incorporada em seu fetiche, o cínico pratica a lógica da desautorização (“sei muito bem, mas...”) (Zizek, 2011, p.65, grifo nosso).

Contudo, se submetermos essas categorias filosóficas às noções de falha, alteridade/heterogeneidade e contradição, obteremos como resultado que as atitudes postuladas por Zizek diante da ideologia seriam parâmetros variáveis, que tanto podem diferir em termos de gradação, de sujeito para sujeito, como podem coexistir paradoxalmente, em níveis dessemelhantes, em cada subjetividade particularizada. Isso significa dizer que, em cada caso, cada sujeito pode ser constituído por um amálgama de *mais de uma* atitude-posição perante a ideologia. Nesse sentido, a crítica argumentativa poderia promover a desmistificação ideológica, na medida em que conseguisse atingir os pontos de abertura, de falha, de instabilidade localizados no todo complexo com dominante dos referenciais de cada sujeito.

Considerações finais: um horizonte aberto para as apostas

Fizemos um percurso pelas noções de texto, discurso e ideologia na AD de viés materialista, a fim de refletir sobre as implicações dos conceitos dessa teoria sobre a análise da (im)possibilidade ou da (in)eficácia do efeito de argumentação.

Vimos que algumas precauções epistemológicas são indispensáveis para não nos enredarmos em uma visão um tanto quanto automatizada das relações que podem ser estabelecidas entre procedimentos linguísticos, textuais, enunciativos e efeitos discursivo-ideológicos.

No entanto, argumentamos em favor de uma tomada de posição que não ceda ao ceticismo niilista, uma vez que o impossível e o possível constituem um par contraditório-heterogêneo sempre passível de sofrer transformações, a depender das relações colocadas num universo em que a contingência precede a necessidade.

Assim, só podemos finalizar este texto colocando a necessidade das apostas, dos riscos, a necessidade de “arriscar o impossível”, conforme diz Zizek (Zizek; Daly, 2006), no que se refere ao exercício da crítica argumentativa voltada para a desmistificação ideológica.

Por mais que, às vezes, uma conjuntura histórica pareça desfavoravelmente incontornável, é preciso sempre desconfiar daquilo que certas ideologias nos “vendem” como sendo supostamente impossível.

Para Althusser, Marx encontrava-se “forçado a pensar dentro de um horizonte esfacelado entre o aleatório do Encontro e a necessidade da Revolução.” (Althusser, 2005 [1982], p. 24). Essa também é, de certo modo, a nossa situação na AD de viés materialista, na qual nos encontramos esfacelados entre a premência de um engajamento político-ético e os condicionantes e as restrições impostas pelo real da contingência, do não-controle, do inconsciente, da equivocidade.

Entretanto, a contingência, que poderia servir como esteio para o ceticismo, pode ao mesmo tempo funcionar justamente como o elemento que aponta para a abertura, a imprevisibilidade, portanto, para a possibilidade advir, contanto que nossa tomada de posição teórico-prática seja por correr o risco das apostas, que, para Althusser, constituem a singularidade da prática filosófica. Para esse autor, as teses enunciadas ou retomadas pelas filosofias de natureza teórica, não teórico-práticas, estão destinadas “a produzir efeitos na relação das forças engajadas na batalha teórica de classe por apostas sociais” e, por conseguinte, nas práticas sociais de classe que constituem essas apostas (Althusser, 1998 [1972], p. 190).

Referências

- ALTHUSSER, L. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. *Crítica Marxista*, n. 20, 2005 [1982].
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- ALTHUSSER, L. Du “Capital” à la philosophie de Marx. In: ALTHUSSER et al. *Lire le Capital*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996 [1965]. p. 1-79.
- ALTHUSSER, L. Éléments d'autocritique. In: *Solitude de Machiavel et autres textes*. Paris: PUF/ Actuel Marx Confrontation, 1998 [1972]. p. 159-197.
- BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p. 284-293.
- COURTINE, J-J.; MARANDIN, J-M. Quel objet pour l'analyse du discours? In: *Materialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 21-33.
- FIGUEIRA, L. F. B. Literatura em discursividade: implicações para o ensino de literatura de posições epistemológicas da teoria do discurso. *Estudos polifônicos em língua, literatura e ensino*. SANTOS, J. B. C.; GUILHERME, M. F. F. (Org.). Uberlândia: EDUFU, 2015a. p. 229-252.
- FIGUEIRA, L. F. B. *O althuserianismo em linguística*: a teoria do discurso de Michel Pêcheux. Jundiá: Paco Editorial, 2015b.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar edições, 2005.
- MAINGUENEAU, D. Linguistique, littérature, discours littéraire. *Le français aujourd'hui*, n. 175, p. 75-82, 2011.
- MARX, K. As Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo. Martins Fontes, 2007. p. 99-103.
- PAVEAU, M-A. O redemoinho de palavras: Análise do discurso, inconsciente, real, alteridade. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.15, n. 22, 2008.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso: AAD69. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a. p. 61-161.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso*: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, M. Ouverture du colloque. In: *Materialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 15-18.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages*, 9^e année, n.37, p. 7-80, 1975.
- ZIZEK, S. Class Struggle or Postmodernism: yes, please! In: BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. *Contingency, Hegemony and universality*: contemporary dialogues on the left. Londres; Nova Iorque: Verso, 2000. p. 90-135.
- ZIZEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.